



| CÂMARA MUNICIPAL DE ALCANENA |

| PLANO DE PREVENÇÃO DOS RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES CONEXAS |

RELATÓRIOS DE MONITORIZAÇÃO DE 2012 E 2013

I - ENQUADRAMENTO

O Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), órgão criado pela Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro, é uma entidade administrativa independente, que funciona junto do Tribunal de Contas, e desenvolve uma atividade de âmbito nacional no domínio da prevenção da corrupção e infrações conexas.

No âmbito da sua atividade, o CPC aprovou uma Recomendação, em 1 de Julho de 2009, sobre "Planos de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas", nos termos da qual «Os órgãos máximos das entidades gestoras de dinheiros, valores ou patrimónios públicos, seja qual for a sua natureza, devem no prazo de 90 dias, elaborar planos de gestão de riscos e infrações conexas.»

A Câmara Municipal de Alcanena, na sua reunião realizada em 21 Dezembro 2009, aprovou o seu Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, Incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas na sequência da recomendação nº 1/2009 do CPC, publicado no DR 2ª Série, nº 140 de 22 de Julho de 2009.

Igualmente no cumprimento das recomendações feitas, este documento foi enviado para o Conselho da Prevenção da Corrupção (ofício nº 5414 data de 23 de Dezembro de 2009) e para a Direção Geral das Autarquias Locais (ofício 1328 datado de 8 de Abril de 2010) tendo sido tornado público através de publicação no site da autarquia, e divulgado internamente através da intranet e e-mail.

Na alínea d) da recomendação de 1 de Julho de 2009, o CPC expressa uma orientação respeitante à necessidade de elaboração de um relatório anual sobre a execução do Plano, onde se faça a sua monitorização ou seja, a avaliação do seu cumprimento através da aplicação das medidas propostas para supressão de riscos previamente identificados.

Os relatórios anuais deverão servir, igualmente, para revisão do plano seja através da introdução de novos riscos entretanto detetados, ou resultantes de novas atribuições ou competências, seja através da eliminação de riscos, do texto do próprio plano, quando a sua pertinência, ou frequência, for nula.

Em relação ao Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Câmara Municipal de Alcanena importa salientar que este se encontra desactualizado devido às alterações de estrutura orgânica que ocorreram durante o ano de 2012 por imposições legais, nomeadamente na alteração de chefias intermédias, sendo que, no entanto, este já se encontra em fase de reestruturação.

Contudo, assumindo-se a importância desta monitorização para melhorar procedimentos, verificar o grau de cumprimento das medidas propostas e, até, adequar o Plano à realidade atual do município, que entretanto sofreu evolução, nomeadamente no que respeita à sua nova organização interna, foi entendido realizar, os relatórios respetivos dos anos de 2012 e 2013 através de uma análise metódica dos riscos previamente identificados que consistiu, basicamente, no registo das melhorias face à situação inicial.

Com este objetivo tentou-se enquadrar e reunir o máximo de elementos possíveis para o preenchimento do plano aprovado, sentindo-se, desde logo, a desadequação do plano à realidade atual dos serviços e à necessidade de reajustar o mesmo.

Na verdade, na elaboração dos mapas de monitorização, foram sendo constatadas hipóteses e necessidades de melhoria e de adequação do plano. Estas propostas de alterações, contudo, não se refletem nestes relatórios pois serão efetuadas em documento separado deste, já que consubstanciam uma necessária revisão do Plano ora em análise.

Em síntese, o trabalho realizado incidiu sobre três vetores:

Relatórios 2012 e 2013:

- Existência, suficiência e aplicabilidade das medidas propostas

Revisão do Plano:

- Propor a introdução de medidas em função de fragilidades detetadas no Plano
- Propor a supressão de medidas quando, reiteradamente, o risco seja inexistente

Esta é, portanto, a versão de proposta de relatório de monitorização do plano, para os referidos anos de 2012 e 2013, onde são apresentados os mapas contendo a monitorização de todas os riscos identificados e onde são referidos, para cada ano, o estado de implementação de cada uma das medidas propostas, da seguinte forma:

| **R** – Realizado |

| **P** – Parcialmente Realizado |

| **NR** – Não Realizado |

Em outra coluna é apreciado o impacto da implementação da medida e, numa 3ª coluna constam as diversas observações ou justificações da sua implementação, ou não e, ainda, a previsão da implementação, quando aplicável.

Deve ter-se em consideração, contudo, que nem todas as medidas constantes no plano são do mesmo nível de complexidade e exequibilidade. Há diferentes graus de exigência e diferentes mecanismos de resolução. Há medidas que dependem exclusivamente da capacidade interna de aplicação e outras que dependem de resolução política interna, ou externa. Há igualmente, medidas que dependem da capacidade financeira para investimento na sua superação e outras onde essa dependência não existe.

Considera-se, apesar de tudo, que foram dados passos importantes no número de medidas aplicadas para supressão ou redução dos riscos associados. Contudo, o certo é que terão de existir ainda outras melhorias que deverão começar, desde logo, pela adequação do plano à realidade orgânica da Câmara Municipal de Alcanena.

A necessidade de acelerar as medidas tendentes à supressão de riscos de gestão é da maior importância e é, claramente, uma conclusão partilhada nos relatórios de 2012 e 2013 bem como, já referido, a necessidade da sua revisão e adequação à emergência da nova estrutura

orgânica, necessidade esta partilhada por todos os intervenientes no preenchimentos do planos de monitorização.

Também no que respeita á sensibilização e responsabilização dos dirigentes e demais trabalhadores, foram já tomadas algumas medidas, nomeadamente através da fixação de objetivos no âmbito do SIADAP.

Alcanena, 28 de julho de 2014